

SUPREMO Defesa cita atos de Moro que demonstrariam parcialidade para julgar ex-presidente

Fachin envia novo pedido de liberdade de Lula para 2ª Turma

FELIPE PONTES
Agência Brasil, Brasília

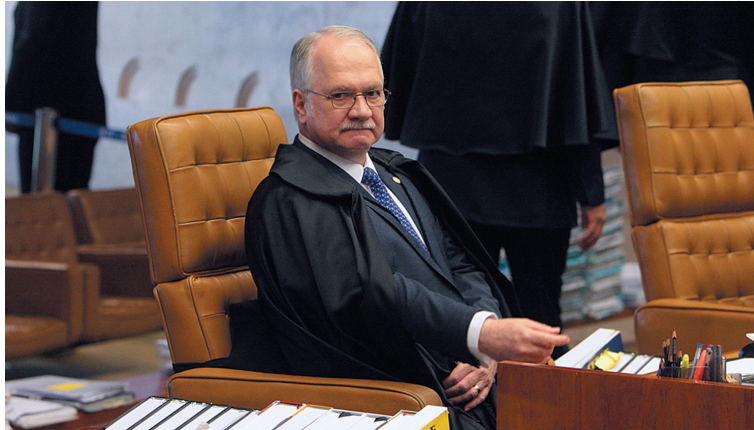
O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu enviar para a Segunda Turma da Corte o mais recente pedido de liberdade feito pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, protocolado na última segunda-feira.

Em despacho publicado ontem, o ministro Fachin deu cinco dias de prazo para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e a 13ª Vara Federal de Curitiba prestem esclarecimentos sobre o caso. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) terá o mesmo tempo para se manifestar.

Somente após todo esse trâmite o habeas corpus deve ser analisado pelos ministros que compõem a Segunda Turma — além de Fachin, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Celso de Mello.

No pedido, a defesa de Lula volta a suscitar a suspeição do juiz Sérgio Moro para julgar Lula. Os argumentos foram reforçados após o magistrado ter aceitado o cargo de ministro da Justiça no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Os advogados de Lula querem que seja reconhecida a suspeição de Moro para julgar processos contra o ex-presidente e que sejam considerados nulos todos os atos processuais que resultaram na condenação no caso do triplex do Guarujá (SP).



Carlos Moura / SCO STF/Divulgação

Ministro deu 5 dias de prazo para que o STJ, o TRF4 e a 13ª Vara de Curitiba prestem esclarecimentos sobre o caso

Os advogados de Lula querem que seja reconhecida a suspeição do juiz Sérgio Moro para julgar processos contra o ex-presidente

O pedido ainda requer que sejam suspensas outras ações penais contra Lula que estavam sob a responsabilidade de Moro, como as que tratam de suposto favorecimento por meio da reforma de um sítio em Atibaia (SP) e de supostas propinas da empresa Odebrecht. Nesta última, o depoimento do ex-presidente está marcado para 14 de novembro.

“Lula está sendo vítima de verdadeira caçada judicial entabulada por um agente togado que se utilizou indevidamente de expedientes jurídicos para perseguir po-

liticamente um cidadão, buscando nulificar, uma a uma, suas liberdades e seus direitos”, afirmam os advogados.

A defesa cita ao menos 33 atos de Moro que demonstrariam sua parcialidade para julgar Lula, entre eles a divulgação da delação premiada do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, cujo sigilo foi retirado pelo juiz a poucos dias do primeiro turno das eleições deste ano. Caberá ao relator, ministro Edson Fachin, decidir se os argumentos justificam a soltura do ex-presidente.

Na segunda-feira, Moro

saiu de férias, após ter aceitado, na semana passada, assumir o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro. O magistrado já se afastou de todos os casos da Lava Jato, que são assumidos interinamente pela juíza substituída da 13ª Vara Federal de Curitiba, Gabriela Hardt.

Lula está preso desde 7 de abril na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, após ter sua condenação confirmada pelo TRF4, que impôs pena de 12 anos e um mês de prisão ao ex-presidente, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

PT quer impedir Moro de assumir ministério

JONAS VALENTE
Agência Brasil, Goiânia

O PT entrou com uma representação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o juiz federal Sérgio Moro em que pede que ele seja impedido de assumir o cargo de ministro da Justiça no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro.

O partido argumenta que Moro não pode se exonerar do cargo de juiz, o que é necessário para que possa assumir o de ministro, enquanto responde a apurações disciplinares. O PT cita o artigo 27 da resolução 135/2011 do CNJ, segundo o qual “o magistrado que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar só terá apreciado o pedido de aposentadoria voluntária após a conclusão do processo ou do cumprimento da penalidade”.

Próprio PT questiona no órgão, em diferentes representações, a imparcialidade de Moro para julgar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. São alvo de questionamentos atos do juiz como a divulgação de áudio com conversas gravadas da ex-presidente Dilma Rousseff e a condução coercitiva de Lula.

Delação

Mais recentemente, o Partido dos Trabalhadores abriu representação contra Moro após a divulgação pelo juiz, dias antes do primeiro turno das eleições, da delação premiada na qual o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci implicou Lula em atos de corrupção investigados na Lava Jato.

AFASTAMENTO

Onyx se licencia do mandato de deputado para coordenar transição

KARINE MELO
Agência Brasil, Brasília

Nomeado na segunda-feira ministro extraordinário do governo de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro, o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS) protocolou nesta tarde, por meio de sua assessoria, o ofício de seu afastamento do mandato parlamentar.

Na prática, com o cargo no Executivo, Onyx, que já foi anunciado como futuro ministro da Casa Civil, oficializa o papel que tem desempenhado de principal interlocutor de Bolsonaro com o presidente Michel Temer e sua equipe.

O pedido de licenciamento do mandato foi entregue no gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, que começou a analisar os documentos ainda ontem e deve prosseguir com a convocação do primeiro suplente eleito na coligação de partidos de Onyx em 2014.

Na segunda-feira, Onyx e o futuro ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, estiveram no Centro Cultural Banco do Brasil, na capital federal, onde ocorrerão as reuniões da equipe de transição. Em Brasília desde a ontem pela manhã, o presidente eleito deve visitar o

Na prática, com o cargo no Executivo, Onyx oficializa o papel que tem desempenhado de principal interlocutor de Bolsonaro com o presidente Michel Temer e sua equipe

local ainda hoje.

O ofício de afastamento cita o artigo 56 da Constituição Federal, que em seu inciso I prevê que não perderá o mandato o deputado ou senador aquele “investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária”. Ainda segundo o parágrafo terceiro desse mesmo artigo, se quiser, Onyx poderá escolher se quer receber a remuneração como ministro



Marcelo Camargo / Agência Brasil

Parlamentar vai assumir a Casa Civil em janeiro

ou manter os vencimentos como parlamentar.

O documento não traz prazo para o afastamento, mas Lorenzoni deve obrigatoriamente comunicar à Câmara a troca de cargo quando for empossado como chefe da Casa Civil, em 1º de janeiro. Depois, no dia 31 do mesmo mês, ele terá que ser exonerado do cargo de ministro para tomar posse para um novo mandato como deputado federal no dia 1º de fevereiro e, a partir do dia 2, ele já pode pedir novo afastamento do mandato para continuar como minis-

tro. O mesmo deve acontecer com os parlamentares que assumirem cargos no Executivo.

Suplente

O suplente de Onyx é o ex-jogador de futebol Washington Stecanela Cerqueira (PDT-RS), que teve uma curta passagem pela Seleção Brasileira. Conhecido Washington Coração Valente, ele também passou por vários clubes brasileiros como o Atlético -PR, Fluminense e São Paulo. Na política, esteve em 2012 como vereador de Caxias do Sul (RS).

ELEIÇÕES

Justiça falhou ao fiscalizar uso ilegal da internet

FELIPE PONTES
Agência Brasil, Brasília

A Justiça Eleitoral não conseguiu dar respostas efetivas aos problemas envolvendo o uso da internet nessas eleições. A avaliação foi a tônica do debate principal do 2º dia do Fórum da Internet no Brasil (FIB), que reúne empresários, pesquisadores, ativistas e representantes de instituições públicas em Goiânia nesta semana. O evento, maior encontro sobre o tema do país, é uma iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI Br).

A advogada e integrante do CGI Flávia Lefèvre avaliou que a Justiça Eleitoral deveria ter dado mais atenção e investigado efetivamente a denúncia publicada pelo jornal Folha de S. Paulo durante o segundo turno eleitoral de que apoiadores do presidente eleito teriam custeado envios de mensagens em massa pelo aplicativo WhatsApp.

Se confirmado, o esquema teria desrespeitado a legislação eleitoral pelo uso de cadastros sem consentimento dos donos dos números, pela violação da proibição de contratação de serviço para emitir mensagens contrárias a um candidato e por propaganda eleitoral por mensagem instantânea, o que só seria permitido a candidatos a partidos, além de caracterizar um tipo de caixa 2 para financiamento indireto da campanha de

Jair Bolsonaro com recursos de empresas privadas.

“Acho que o TSE errou no foco. Antes das eleições, disse que iria perseguir notícias falsas. Mas essas são a ponta do iceberg. O problema é o uso ilegal e abusivo dos nossos dados e o desrespeito à lei eleitoral”, pontuou Flávia Lefèvre. Segundo a advogada, o caso pode ir para além da própria esfera da Justiça Eleitoral.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu em acórdão que, embora as redes sociais sejam gratuitas, se estabelece com seus usuários uma relação equivalente à de consumo. É o Código de Defesa do Consumidor que reconhece a vulnerabilidade dos consumidores e garante que fornecedores de bens e serviços têm de garantir segurança nesses produtos.

TSE e plataformas

O representante do governo federal no Comitê Gestor da Internet, Luis Martins Castro, afirmou que o órgão buscou se aproximar da Justiça Eleitoral, tanto do TSE como de tribunais regionais, para levar à importância da temática da Internet aos magistrados. Mas, na avaliação dele, as autoridades subestimaram os possíveis problemas da campanha em ambientes online. “Houve ingenuidade da Justiça Eleitoral de que as plataformas iam dar conta do problema”, comentou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VRECÍ
PREGÃO PRESENCIAL SRP 59/18. Objeto: aquisição de 2 ambulâncias. Menor Preço por Item. Dia 21/11/18 às 9h. Informações de 8 às 12h na CPL, Incl. 84, 07 de novembro de 2018. Joazeiro A. Machado. Pregoeiro.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Estado da Bahia
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2018 – SSP/DG
Abertura: 22/11/2018 às 14h (horário de Brasília) – Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DIRECIONADAS A MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO E DAS UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR SITUADAS EM TODO O ESTADO. Fornecedor: 07.05. Local de realização: www.licitacoes-e.com.br – BB Nº 744251. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos no endereço virtual mencionado, ou WWW.comprasnet.ba.gov.br. Bem como, informações, de segurança a sexta-feira, das 08h30 às 12h e das 13h30 às 18h, através dos telefones: (71) 3115-1824 / 1950. Salvador-BA, 09/11/2018 – Rubens Damasceno dos Santos – Cap PM – Pregoeiro Oficial.

SSP

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2018 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO
Abertura: 26/11/2018 às 11h00min. (horário de Brasília) – Objeto: Registro de Preço de Material de Limpeza e Uso Pessoal para Feira de Santana e Região – BB 742568 – Fornecedor: 05-45. – site: www.licitacoes-e.com.br.

Os interessados poderão obter informações sobre o Edital e seus anexos no endereço acima mencionado, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h30min às 18h00min no pelo endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e/ou www.comprasnet.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através do telefone: (71) 31153120 e/ou via e-mail: (71) 31153128.

Salvador – BA, 06/11/2018 – MANOELA DE FATIMA DE COSTA SOUZA – Pregoeiro(a) Oficial

SAEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2018 – PA Nº 053/2018. menor preço por lote objeto: registro preço para fornecimento de artigos literários e serviços de tradução literária para o Município, esta licitação é destinada EXCLUSIVAMENTE a ME, EPP e MEI. Abertura: 21/11/2018, 09h. Sala de Licitação, 84 (73) 3021-1124. www.dem.org.br/ba/prado/licita Prato – BA, 06 de Novembro de 2018. Christian A. Ribeiro Pregoeiro Oficial.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2018 – PA Nº 054/2018. menor preço por lote objeto: registro preço para recarga de toner e cartuchos e aquisição de cartuchos e suprimentos para suprir as demandas do Município, Abertura: 21/11/2018, 10h, Sala de Licitação, 84 (73) 3021-1124. www.dem.org.br/ba/prado/licita Prato – BA, 06 de Novembro de 2018. Christian A. Ribeiro, Pregoeiro Oficial.